

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Trad. Willian Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Relações de produção estrutura de classes em Marx

Do ponto de vista sociológico, só existem os indivíduos e suas relações. A sociedade, como entidade geral, não tem qualquer existência à parte dos indivíduos que a compõe. A sociedade como um todo não tem autonomia.

Os seres humanos fazem a sua vida social e sua história. Mas não fazem a história, segundo condições estipuladas e determinadas por um decreto de sua própria vontade. Sem dúvida desde o princípio da humanidade, o homem – social e individual – é ativo, mas não se trata, em absoluto, de uma atividade plena, livre e consciente. Na atividade real de todo ser humano, há uma parcela de passividade, e que diminui o progresso do poderio e da consciência humana. Em outros termos, devemos analisar dialeticamente a atividade humana. Nela se misturam a atividade e a passividade. Na sua ação, ao modificar a natureza e o mundo que o envolve, o indivíduo sofre a ação das condições que ele não criou: a natureza em geral, a sua própria natureza, os demais seres humanos que o cercam, as modalidades já constituídas – tradições, utensílios, divisão e organização do trabalho, etc.

Graças à sua própria atividade, os indivíduos contraem, pois, determinadas relações, as *relações sociais*. Eles não podem desligar-se dessas relações; sua existência depende delas, bem como a própria natureza de sua atividade, seus limites e suas possibilidades. Destarte, a sua consciência não cria essas condições, mas, ao contrário, compromete-se nelas, sendo, portanto, determinada por elas (ainda que intervenha de fato e possa, às vezes libertar-se delas, será apenas para lançar-se no imaginário e na abstração).

Assim, as relações em que o indivíduo participa necessariamente, pois não pode isolar-se, constituem o ser social de cada indivíduo; e é este ser social que determina a consciência, e não a consciência o ser social.

Deste modo, o camponês tem uma consciência e ideias de camponês; evidentemente, nem a sua consciência nem as suas ideias criam todas as partes de sua conexão com a terra, a organização de seu trabalho, seus instrumentos, seus laços com os vizinhos, com sua região, com seu país, etc. Poderíamos multiplicar os exemplos. Mesmo sendo verdade que, no curso de seu desenvolvimento, a consciência e o pensamento se libertam dos laços imediatos e locais (laços simples com o ambiente), jamais se desligam deles.

O alargamento e o aprofundamento da consciência, o surgimento e a consolidação do pensamento racional dependem de condições próprias nas relações sociais – no desenvolvimento das comunicações e das trocas, na vida social que se organiza e se concentra nas grandes cidades comerciais e industriais.

As relações sociais precisam ser conhecidas em sua essência e conhecer seus entrelaçamentos fundamentais. Parte-se do princípio de que todo o edifício de uma sociedade repousa numa base. As relações fundamentais para toda sociedade são as relações com a natureza. Para o homem, a conexão com a natureza é básica não porque ele continua um ser da natureza, mas, ao contrário, porque ele luta contra ela. No curso desse embate o homem arranca à natureza tudo o que precisa para subsistir e para ultrapassar a vida simplesmente natural. Tudo isso pelo trabalho, através dos instrumentos de trabalho e da organização do trabalho.

Assim que os homens produzem a sua vida, isto é, superam a vida animal (natural) sem que possam, é claro, libertar-se da natureza por decreto soberano. Só ultrapassam a natureza dentro de certos limites e das condições determinadas pela própria natureza (clima, fertilidade do solo, flora e fauna, etc.).

Portanto, as relações fundamentais de toda sociedade humana as relações de produção.

Para atingir a estrutura essencial de uma sociedade, a análise deve afastar as aparências ideológicas, as fórmulas oficiais, tudo que se agita na superfície da sociedade, todo o cenário: ela, a análise deve atingir sob essa superfície, as relações de produção, ou seja, as relações básicas dos homens com a natureza e dos homens entre si, no seu trabalho.

O que se verifica esta análise?

De início as condições naturais são mais ou menos modificadas pelo homem. É o campo da ciência que denominamos geografia humana (que não pode se isolar e deixar de lado a história). Essa análise preocupa-se com o estudo do solo, do clima, dos rios e de suas influências no povoamento.

A seguir a análise estuda as técnicas e os instrumentos. É o domínio da ciência, da tecnologia. Com efeito a ferramenta, o instrumento é inseparável do seu uso. A descrição tecnológica do seu utensílio não deve esquecer que ele implica uma divisão de trabalho.

As relações de produção revelam à luz da análise, três fatores ou elementos: as condições naturais, as técnicas, a organização e a divisão do trabalho social.

Se não principiarmos por esta análise, não compreenderemos a estrutura de uma sociedade, a atividade dos seus indivíduos, sua distribuição e suas situações recíprocas.

Estes três elementos formam aquilo que o marxismo denomina forças produtivas de uma determinada sociedade.

É evidente que cada um desses elementos é passível de aperfeiçoamento e desenvolvimento.

É possível explorar, cada vez melhor, os recursos naturais, descobrem-se novos recursos, e ainda todas as matérias-primas foram descobertas e aproveitadas no curso do desenvolvimento econômico.

Do mesmo modo, aperfeiçoa-se o instrumental. A consciência intervem continuamente na invenção técnica, sem poder desligar-se do processo total, pois a invenção nada faz senão resolver os problemas apresentados pela técnica existente.

Quando surge um novo instrumental ele reage sobre as relações sociais. Exige nova repartição das forças humanas que o animam. Ademais tais requisitos da técnica, levam, sem cessar, a consequências imprevisíveis, que fogem à consciência, à vontade e ao controle humanos.

Isto significa que devemos considerar a divisão do trabalho e as relações nela implícitas como um elemento diverso, embora nunca separável.

A divisão do trabalho tem suas consequências específicas, especialmente a partir do estabelecimento da divisão entre o trabalho material e o trabalho não material (funções de direção, de comando, de administração, funções intelectuais).

Decorre desta análise que as forças produtivas desenvolvem-se no caso da história, possuindo cada elemento do conjunto seu processo particular, sem poder isolar-se dele.

Com efeito o desenvolvimento das forças produtivas escapa ao controle, à consciência e à vontade dos homens, embora se trate de sua atividade e dos frutos de sua atividade.

Somado a tudo isso cabe a importância da análise da divisão do trabalho. Esta uma vez instituída no curso da evolução histórica, implica a propriedade privada; - Marx mostra que este dois termos são correlativos.

Com efeito, os instrumentos, os meios de produção, ao se diferenciar, caem em poder de grupos ou de indivíduos, por sua vez diferenciados. O território e a terra, na qualidade de meios de produção, sofrem o mesmo destino.

As funções superiores permitem o açambarcamento dos meios de produção; tornam-se hereditárias e são transmitidas como a propriedade e com a propriedade. Os trabalhos inferiores (materiais) acham-se excluídos da propriedade e, ao mesmo tempo, das funções superiores.

Daí, a *estrutura social*, encarada não mais na sua conexão com a natureza (*forças produtivas*), porém como organização da propriedade, das funções e das classes sociais, Marx denomina *modo de produção*.

Marx, à base do desenvolvimento progressivo das forças produtivas mostrou a sequência histórica de um determinado número de *modos de produção*: *primitivo, asiático, escravista, feudal e capitalista*.

Na análise das *forças produtivas* uma contradição, uma luta, um conflito surge em primeiro plano: *a luta do homem contra a natureza*.

Na análise dos modos de produção aparecem múltiplos conflitos e contradições: em primeiro lugar e acima de tudo, os conflitos entre as classes sociais. Neste ponto, é a luta do homem contra o homem e pela exploração do homem pelo homem que atrai a atenção e se revela como fenômeno essencial.

A *história de cada modo de produção* desenrolou-se através de múltiplos conflitos. Em cada época os indivíduos agiram, inventaram, viveram suas experiências, realizaram certas possibilidades – mas sempre no quadro de um *modo de produção* nas condições que lhes ofereceu a *estrutura social*.

Ao conjunto das instituições e das ideias decorrentes dos acontecimentos e das iniciativas individuais no quadro de uma determinada estrutura social, Marx dá o nome de *superestrutura* – *acima da infraestrutura*.

A *superestrutura* comporta, pois, as instituições jurídicas e políticas, as ideológicas, etc.

A *superestrutura* é a expressão do modo de produção, ou seja, das relações de propriedade.

Para Marx, com o desenvolvimento do capitalismo, as classes intermediárias da sociedade vão desaparecendo e a estrutura de classes vai polarizando-se cada vez mais.

Classes sociais: as *classes sociais* são grandes grupos de homens que se diferenciam-se entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e a proporção em que recebem a parte da riqueza social. O aparecimento das classes deve-se à aparição e o desenvolvimento da divisão social do trabalho, à aparição da propriedade privada dos meios de produção. De acordo com o grau de desenvolvimento político as classes podem ser “*classe em si*” e “*classe para si*”. A existência de classes num determinado período histórico pressupõe a *luta de classes*.